

**‘DISSE QUE ODIAVA SER ATENDIDA POR HOMOSSEXUAL’: DA
IGNORÂNCIA À LGBTI+FOBIA**

**‘HE SAID HE HATED BEING ASSISTED BY A HOMOSEXUAL’: FROM
IGNORANCE TO LGBTI+PHOBIA**

Fabiola Jerônimo Duarte de Lira¹
Henrique Miguel de Lima da Silva²

RESUMO

Neste estudo, por meio de duas notícias veiculadas pelo G1, investigamos como a LGBTI+fobia está presente em diversos ambientes de trabalho e ainda permanece consolidando estereótipos negativos sobre aqueles que se definem como LGBTI+. Para tanto, utilizamos como categorias de análises os conceitos de imagem de controle (COLLINS, 2019), marcadores sociais (DUARTE, 2023) e LGBTI+fobia (REIS, 2018), que estão associados e agem simultaneamente como mecanismo de opressão e desumanização de identidades dissidentes. Portanto, este estudo serve como uma forma de refletir e buscar conscientizar a sociedade de que a LGBTI+fobia é uma consequência advinda dos interesses de grupos dominantes, que objetivam, de todas as formas, controlar corpos e manter desigualdades sociais e, principalmente, o preconceito.

Palavras-chaves: Marcadores sociais; Imagens de controle; LGBTI+fobia.

110

ABSTRACT

In this study, through two news stories published by G1, we investigated how LGBTI+phobia is present in various work environments and continues to consolidate negative stereotypes about those who define themselves as LGBTI+. To this end, we used as categories of analysis the concepts of control image (COLLINS, 2019), social markers (DUARTE, 2023) and LGBTI+phobia (REIS, 2018), which are associated and act simultaneously as a mechanism of oppression and dehumanization of dissident identities. Therefore, this study serves as a way to reflect and seek to raise awareness in society that LGBTI+phobia is a consequence of the interests of dominant groups, which aim, in every way, to control bodies and maintain social inequalities and, mainly, prejudice.

¹ Doutorado em andamento em Linguística. Universidade Federal da Paraíba, UFPB, Brasil. fabiolla-mf@hotmail.com

² Pós-Doutorado em Ensino – PPGE/UERN. Doutorado em Linguística. Professor do DLPL/UFPB e docente permanente nos Programas de Pós-Graduação em Linguística-PROLING e Linguística e Ensino – PGLE, ambos da UFPB. Coordenador do PIBID Língua Portuguesa – UFPB/JP., UFPB, Brasil. henrique.miguel.91@gmail.com

Keywords: Social Markers; Controlling images; LGBTI+phobia.

INTRODUÇÃO

A LGBTI+fobia é o termo utilizado para nomear as violências cometidas contra a população LGBTI+, e contempla inúmeras atitudes perpassadas pelo ódio ou sentimentos negativos em relação às pessoas LGBTI+, justificadas, principalmente, pela não adoção das identidades de gênero e sexuais atribuídas socialmente. Sendo um ato que não apenas expõe preconceito, mas também favorece a negação da identidade daqueles que se reconhecem como pertencente à comunidade LGBTI+.

Além disso, o preconceito e a ignorância sobre a não-heterossexualidade acabam inibindo pesquisas que abordem essa temática, uma vez que para muitos ela ainda permanece sendo um tema irrelevante, quando, na verdade, os homossexuais, assim como outros grupos minoritário, “vêm sendo objeto de políticas específicas de estímulo à diversidade, razão pela qual as organizações não podem ignorar sua presença e tampouco a violência que sofrem por sua orientação sexual” (Siqueira *et al*, 2009, p. 459).

Contudo, ainda permanece sendo comum observarmos situações nas quais pessoas LGBTI+ são ridicularizadas, desconsideradas e, até mesmo, vítimas de agressões e diversas outras formas de violência, dado que para a maior parte da sociedade, elas fazem parte do grupo das aberrações, da escoria social e merecem castigos severos, como a morte sumária (Risk; Santos, 2019).

Frente a esta realidade, é preciso tematizarmos e analisarmos as diversas situações que aparecem em nosso cotidiano, sobretudo as que são vinculadas por meio da mídia e nas quais não apenas há a exposição de agressões à comunidade LGBTI+, como também se propagam estereótipos e formas de representações que vão minando a resistência e a assertividade desse grupo, impedindo a consolidação de uma identidade, assim como o alcance de profissões mais dignas e, principalmente, o respeito.

Assim, neste estudo propomos analisar duas notícias veiculadas pelo G1 no ano de 2023, nas quais investigamos como um médico sofre uma situação de LGBTI+fobia e o seu colega de trabalho, também médico, busca revidar tal agressão, não com a utilização da força ou

violência, mas com a exposição irônica de um estereótipo presente no imaginário social e que comprova que, independentemente da forma de se vestir, falar, andar ou quaisquer outra ação e escolha pessoal, nada disso impede ou desqualifica profissionalmente nenhum sujeito que se compreenda como LGBTI+.

Para tanto, utilizamos como categoria de análises os conceitos de imagem de controle (Collins, 2019), marcadores sociais (Duarte, 2023) e LGBTI+fobia (Reis, 2018). A definição dessas três categorias de análise, para tratamento do corpus, ocorreu pela compreensão de que a situação em estudo decorre de um preconceito direcionado, sobretudo, à identidade de gênero adotada pela vítima, e tal preconceito resulta tanto dos efeitos sociais sobre o gênero, quanto do potencial que as imagens de controle têm de articularem estereótipos negativos para alimentar o ódio direcionado à comunidade LGBTI+.

Portanto, este estudo serve como uma forma de refletir e buscar conscientizar a sociedade de que a LGBTI+fobia não é apenas um crime, mas também uma consequência advinda dos interesses de grupos dominantes que objetivam, de todas as formas, controlar e manter desigualdades sociais e o preconceito em nossa sociedade, por meio de um poder hegemônico sob aqueles que não atendem aos padrões da cis-heteronormatividade.

1. GÊNERO, SEXO E SEXUALIDADE: ENTRELAÇANDO TERMOS

Na concepção de Pinho e Reis (2016), o gênero é uma construção social pautada no sexo biológico, ou seja, nas “características físicas e fisiológicas, incluindo cromossomos, expressão gênica, função hormonal e anatomia reprodutiva/sexual” (Heidari *et al.*, 2017, p. 666) e que institui disparidades que ultrapassam a materialidade do corpo. Sendo assim, há no meio social um binarismo alicerçado no dimorfismo (macho/fêmea) que desconsidera que “o corpo físico, portanto, não define nem gênero nem sexualidade” (Ferreira, 2021, p. 146). Logo, ler homens e mulheres a partir do gênero atribuído ao nascer, antes de tudo, é uma forma de delimitar papéis sociais e rejeitar todo e qualquer marcador identitário inscrito no universo oposto.

Dessa forma, o sexo biológico assente para a sociedade a atribuição de um gênero que produz identidades consideradas como sendo fixas e definidoras de papéis sociais intransponíveis, quando, na verdade,

a identidade de gênero é uma experiência interna e individual do gênero de cada pessoa, que pode ou não corresponder ao sexo atribuído no nascimento. Trata-se de uma convicção íntima da pessoa em pertencer ao gênero masculino ou feminino. É a percepção que a pessoa tem de si (Vieira, 2012, p. 360).

Pensar a identidade de gênero como algo subjetivo é essencial para a aceitação da fluidez das concepções pessoais em relação ao gênero e sexualidade, posto que “nem todos desejam se enquadrar na noção binária de homem/mulher, como no caso de pessoas agênero e queer” (Reis, 2018, p. 33). Em razão disso, além da percepção que os sujeitos desenvolvem com relação a identidade gênero, também há a forma como tais sujeitos se percebem em relação a afetividade, isto é, a identidade sexual “que se atribui a alguém em função da direção da sua conduta ou atração sexual” (Melo; Sobreira, 2018, p. 383), o que significa dizer que, afetivamente, os sujeitos podem se identificarem como heterossexuais, homossexuais ou bissexuais, expressando a afetividade pelo mesmo sexo, o sexo oposto ou ambos.

Contudo, a cis-heteronormatividade, ou melhor, “um conjunto de normas que pressupõe pessoas sempre cisgêneras e heterossexuais enquanto desfecho natural da constituição da subjetividade humana” (Sá; Szylit, 2021, p. 52), produz socialmente uma expectativa sobre o gênero, tal expectativa seria a “normalidade”, isto é, a aceitação das identidades de gênero e sexuais rigorosamente perpassadas pelas concepções sociais da heteronormatividade.

Dessa forma, a sexualidade, considerada como a relação sexo/gênero e pautada em valores sociais, serve para instituir regras de “procriação, casamento e família, em um contexto de heteronormatividade” (Toneli; Dantas, 2012, p. 135), é utilizada pela sociedade como aporte para a construção de uma linha coerente entre sexo, gênero e afetividade utilizada como padrão de conduta, e todos aqueles que não seguem essa lógica passam a ser vítimas de preconceitos severos (Colling, 2018).

Qualquer sujeito que intente ir contra as convencionalidades das identidades de gênero e sexuais são postos como “anormais”, verdadeiras aberrações e aniquiladores de padrões morais, familiares e religiosos. Por isso, são vitimados pela LGBTI+fobia, “um medo, aversão,

ou o ódio irracional a todas as pessoas que manifestem orientação sexual ou identidade/expressão de gênero diferente dos padrões heteronormativos” (Reis, 2018, p. 35).

A LGBTI+fobia, assim, é o termo mais adequado para nomear e compreender os discursos de ódio contra todos aqueles “que não se identificam com o gênero que lhes foi designado ao nascer [...]” (Benevides, 2020, p. 35), uma vez que o termo homofobia, embora relevante, não abarca as opressões motivadas em relação a travestis e transexuais (Benevides, 2020), tendo em vista que, além do termo “homo”, presente na estrutura “homofobia”, direcionar o ódio somente para as identidades homossexuais masculinas e femininas, extinguindo a multiplicidade de identidades dos outros sujeitos (Colling, 2018), é preciso considerar que “há pessoas que praticam sexo com pessoas de sexo/gênero semelhante ao seu e continuam a se identificar como heterossexuais” (Reis, 2018, p. 43).

Por isso a importância de compreender que as identidades sexuais e de gênero são diversas e fazem parte de um processo complexo de identificação, dado que, quando um sujeito resolver assumir identidades de gênero e sexuais diferentes das impostas pela cis-heteronormatividade, ele tanto passar a ser considerado ilegítimo para ocupar determinados espaços em sociedade, quanto são enquadrados como destruidores do ideal de família nuclear (Reis, 2018).

Assim, a LGBTI+fobia não surge somente por um conjunto de opiniões somadas individualmente acerca da identidade de gênero e sexual preterida pelo outro, mas sim, faz parte de um conjunto de valores sócio-histórico que vem punindo, ferindo e matando, seja fisicamente ou simbolicamente, todos que tentam superar tais valores e construir um corpo além do caráter biológico e social. Portanto, após esclarecer conceitos basilares, como sexo, identidade de gênero e LGBTI+fobia, discutiremos, no próximo tópico, como as diferenças instituídas pelo marcador de gênero são utilizadas como excludentes de pessoas não binárias.

2. O MARCADOR SOCIAL DE GÊNERO E SEUS EFEITOS COMPORTAMENTAIS

A diferença, segundo Hall (2016), é socialmente imposta e faz parte de um jogo de oposições, no qual um determinado signo apresenta não apenas os sentidos daquilo que ele é, mas também daquilo que não é (Silva, 2000). O que significa dizer que, quando estamos diante

de um marcador social como o de gênero, classificar algum sujeito como homem ou mulher não é apenas enquadrá-lo em uma determinada categoria, constituída com o intuito de manter uma ordem social das coisas (Hall, 2016), mas também é atá-lo aos incontáveis significados designados àqueles que são considerados como homens ou mulheres, e impedir a existência de tudo aquilo que seja destoante da binariedade do gênero. Assim, os marcadores sociais

saem de um caráter puramente classificatório, para construir as distinções com base nos diversos e novos sentidos que a cultura regula. E como estes marcadores agem simultaneamente, favorecem à manutenção dos grupos sociais que são perpassados por marcadores positivos [...] (Duarte, 2023, p. 46).

Nesse sentido, a normatividade social sobre o marcador de gênero impõe não apenas uma identidade de gênero (feminina ou masculina), mas também compele os sujeitos a seguirem “certos padrões performáticos da sua categorização, sendo levado pelas relações de poder que o cerca a se encaixar nas categorias dicotômicas e binárias que circulam pelos discursos: homem e mulher [...]” (Chaves; Souza, 2019, p. 3), e não segui-los é sinônimo de opressão.

Com este binarismo “homem *versus* mulher”, o gênero traz imposições sociais sobre os comportamentos que são aceitáveis ou não para ambos, assim como também profissões, esportes e lugares que são destinados aos homens e as mulheres. Não sendo tolerável que nenhum destes queria ocupar ou estar em um lugar que não seja condizente com o seu gênero, tendo em vista que seus corpos seriam regulados por

padrões ou regras arbitrárias que uma sociedade estabelece para seus membros e que definem seus comportamentos, suas roupas, seus modos de se relacionar ou de se portar... Através do aprendizado de papéis, cada um/a deveria conhecer o que é considerado adequado (e inadequado) para um homem ou para uma mulher numa determinada sociedade, e responder a essas expectativas (Louro, 2003, p. 24).

Em face desses padrões, desde muito cedo, os sujeitos são compelidos a compreender que, por exemplo, a cor rosa pertence ao universo feminino, assim como o tom de voz brando, a educação ao sentar de pernas fechadas e o brincar com bonecas. Já o universo masculino é permeado pela cor azul, a agressividade da voz, bem como o brincar com bolas e carrinhos

(ROSSINI, 2018). Estes são alguns dos comportamentos considerados como aceitáveis para mulheres e homens e que são historicamente propagados entre as gerações, inserindo-os “[...] em categorias identitárias que os marcam e estabelecem políticas de conexão e desconexão com os direitos sobre o próprio corpo e o do outro, colocando-o em um lugar de embate social” (Batista Dellamagna, 2022, p. 68).

Estes padrões, assim como inúmeros outros, advêm de uma cis-heteronormatividade que fixou um lugar visto quase como intransponível para sujeitos que não sejam socialmente lidos como homens e mulheres. Diante disso, corpos dissidentes são “instados a (querer) ser justamente aquilo que se considera necessário para o meio social” (Bezerra, 2023, p. 112)”. Sendo assim, não apenas o sexo, mas também as escolhas e comportamentos de cada sujeito não necessariamente devem permanecer arraigadas ao gênero socialmente imposto, dado que as identidades, até mesmo sexuais, não são pré-formadas a partir do sexo biológico (Louro, 2003), e sim, modificações e transformações ao longo do tempo.

Portanto, estudos pós-estruturalistas, como os de Louro (2003), mostram que as identidades de gêneros e sexuais são passíveis de transformações, visto que tanto o gênero quanto o sexo são performativos, sobretudo, por ser reconhecido que “as categorizações binárias, como homem e mulher ou masculino e feminino, são vistas pelo pós-estruturalismo como ambíguas, imprecisas, transitórias e sempre contingenciadas por um contexto social, cultural, econômico e político” (Chaves; Souza, 2019, p. 4). Pensar o gênero como performativo é compreender que não haveria uma identidade de gênero estanque, visto que ambas são performativamente constituídas pela repetição contínua. “Por isso, gênero não é algo que os indivíduos possuem, mas fazem e desfazem” (Chaves; Souza, 2019, p. 4).

Esse fazer e desfazer do gênero está relacionado à compreensão de que vivemos em uma sociedade na qual há expectativas comportamentais em relação ao gênero, inclusive nos ambientes de trabalho. Logo, além de esperar um determinado comportamento por seus colegas de trabalho, muitos sujeitos são obrigados a acatar certas adequações comportamentais para não sofrerem opressões. “Os comportamentos tidos como “naturalmente femininos” ou “naturalmente masculinos” funcionam de modo a alimentar essa forma de opressão e de dominação justificada como natural e não situacional [...]” (Rossini, 2018, p. 17).

Se pensarmos por esta lógica, como os comportamentos sociais tidos como naturais e aceitáveis no campo da medicina seriam a presença massiva de homens brancos, heterossexuais, trajando roupas sociais, por exemplo, uma vez que este é um ambiente formal e de extrema responsabilidade, que requer determinada seriedade e que instigue não apenas ao respeito, mas também a confiabilidade, sujeitos que estejam inseridos neste ambiente e que fujam de um tradicionalismo comportamental, inclusive sobre seu gênero e sexualidade, possivelmente vivenciarão não apenas opressões ir contra a cis-heteronormatividade.

Sendo assim, as pessoas que integram a comunidade LGBTI+, por exemplo, e que socialmente fariam parte desse “meio termo”, são classificadas como o outro, aquele que é ““contrário”, “inferior” ou “anormal” - sendo este indivíduo (des)qualificado e desta forma colocado em um local fora do universo comum dos humanos” (Pompeu; Souza, 2019, p. 647), sobretudo pela criação de “estereótipos e roteiros para as vidas dissidentes da norma cisheteropatriarcal que as constroem e posicionam, por exemplo, como objetos do riso (Bezerra, 2023, p. 20), como no caso da Vera Verão, interpretado pelo ator Jorge Lafond, assim como o Crô, interpretado por Marcelo Serrado na novela “Fina Estampa”.

Ambos os personagens foram expostos pela mídia como seres cômicos e figuras animais. Reconhecê-las é importante para “potencializar espaços de visibilidade das complexas formas com que os marcadores sociais da diferença criam arranjos identitários que posicionam indivíduos em relações de poder desiguais, muitas vezes opressoras e violentas[...] (Bezerra, 2023, p. 47)” e que colaboram para o aumento dos casos de LGBTI+fobia, conforme detalharemos nos tópicos abaixo.

3. IMAGEM DE CONTROLE SOBRE CORPOS E COMPORTAMENTOS HOMOSSEXUAIS

O termo imagem de controle advém do feminismo negro e foi formulado por Patricia Hill Collins (2019). É um termo que não apenas nomeia formas de opressão, mas também serve como categoria de análise, uma vez que é capaz de expor como o poder cisheteropatriarcal ergueu uma matriz de dominação social que ainda permanece impactando as vidas dos sujeitos atravessados por diversos marcadores sociais, como os de gênero, etnia e raça (Bezerra, 2023).

As imagens de controle, assim, articuladas com base nos marcadores sociais e a partir da sua interseccionalidade, ou seja, da interconexão de marcadores sociais, são capazes de agir massivamente na promoção de diversas formas de discriminação e opressões, sendo que “uma das principais forças desse sistema de construção de representações, modelos, expectativas e comportamentos é a mídia, que atua principalmente por meio da veiculação de propagandas interativas dos valores e das ideias centrais da sociedade [...] (Bezerra, 2023, p. 81).

Por consequência, um sujeito que seja identificado com marcadores sociais cada vez mais distantes daqueles considerados naturais e normais, vivenciará, de forma mais intensa, incontáveis desigualdades sociais e opressões, dado que as imagens de controle são articuladas com o real propósito de manter determinado grupo social à margem da dignidade e consideração social (BUENO, 2020) e se baseiam na dimensão ideológica do heterossexismo para “tornar a heterossexualidade normal e outras sexualidade como desviantes” (Collins, 2019, p. 226).

No cumprimento deste propósito, os grupos dominantes utilizam-se de imagens de controle que passam a ideia de uma falsa representatividade (Hooks, 2019), ou seja, imagens que são altamente disseminadas sobre determinados grupos para que tais corpos permaneçam sendo lidos “como causa de desordem urbana quando decidem ocupar lugares diferentes daqueles que lhes foram historicamente destinados (Bezerra, 2023, p.77)”. 118

Um exemplo notório de falsa representatividade seria o que ocorre com os sujeitos lidos socialmente como pertencentes à comunidade LGBTI+, por exemplo. Este grupo social vem cada vez mais lutando em prol de uma consideração para com seus direitos, assim como o respeito e a destituição de representações estereotipadas (Risk; Santos, 2019). Entretanto, com a falsa ideia de representar este grupo, a mídia, na maioria das vezes, acaba instigando o público a constituírem imagens negativas dele.

Esta é uma das artimanhas de uma cis-heteronormatividade que consegue converter representação em opressão, permitindo que as imagens de controle, como as da “bicha louca”, “baitola”, “boiola”, “viado” e a “bicha má”, sejam propagadas e aceitas como naturais. Utilizando-se da desqualificação de identidades dissidentes para justificar inúmeras formas de preconceito e violência, nas quais “a pessoa vai tendo as suas resistências psicológicas minadas pelo assediador” (Siqueira *et al*, 2009, p. 449).

É justamente pela segregação e aniquilação das formas de resistência, que as imagens de controle objetivam agir e compor, dessa maneira, manobras perversas de indivíduos LGBTI+fóbicos que se utilizam do poder para consolidar uma verdadeira aversão, raiva ou ódio, que não somente são perceptíveis no seio familiar e nas instituições sociais, como também nos ambientes de trabalho.

Por consequência, as imagens de controle apresentam um efeito duplamente nocivo: a rejeição, preconceito e discriminação social em relação aos sujeitos que se identificam com identidades não binárias; e a negação das suas próprias identidades, ao perceber-se como uma anormalidade ou aberração social. Então, as imagens de controle consolidam as diferenças a partir das identidades de gênero construídas socialmente e fazem como que, estereótipos como os da “bicha louca”, “a travesti prostituta”, “a lésbica assediadora”, dentre inúmeros outros, sejam vistos como sujeitos desviantes, comportamentos atípicos, vulgares e incapazes de serem respeitados, como os estereótipos da “mulher” e “homem” normatizados pelos preceitos cisheteropatriarcais.

Dessa maneira, a recusa da própria identidade resulta da hostilidade, que faz com que pessoas LGBTI+ se percebam como “desamparados em situações de preconceito e atos discriminatórios, velados ou explícitos [...]” (Siqueira *et al*, 2009, p. 450), como exemplificaremos no tópico 5.

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Em consulta ao Google acadêmico, observamos que em estudos como os de Oliveria e Azevedo (2019), Pires, Pires e Mazza (2021) e Lourenço (2023), o Brasil é apontado como o país no qual há mais crimes de ódio contra a comunidade LGBTI+, sobretudo porque essa é a bandeira colonial que o Brasil insiste em hastear, “[...] fazendo com que espaços/cargos públicos de poder sejam tomados pela hegemonia da masculinidade branca e cisheterossexual” (Pires, Pires e Mazza, 2021, p. 109). Por isso, ainda é um desafio ir contra a cis-heteronormatividade e desarticular classificações sobre o gênero que são decisivas para “produzir, violências e violações, vulnerabilidades e precariedades corporais, como no caso de corpos privados de determinados direitos” (Ferreira, 2021, p. 145).

À vista disso, neste estudo, objetivamos analisar como a LGBTI+fobia está presente em todas as esferas sociais, inclusive no ambiente de trabalho, por meio de um insistente controle sobre corpos, que não somente busca performar identidades, como também firmar determinadas profissões a partir da masculinidade hegemônica.

Como corpus para a pesquisa, selecionamos duas notícias veiculadas pelo G1 e divulgadas no ano de 2023, nas quais investigamos como um médico sofre uma situação de LGBTI+fobia no próprio ambiente de trabalho e no momento em que tentava prestar atendimento a uma paciente, neste caso, a agressora. Ademais, expomos como o seu colega de trabalho, também médico, busca revidar tal agressão, não com a utilização da força ou violência verbal e física, mas com a subversão de um estereótipo presente no imaginário social, que seria os homens gays como sujeitos caricatos.

Com relação à definição das duas notícias como *corpus* para a pesquisa, tal escolha decorre não apenas da relevância da temática abordada nelas, mas também da observação de que a mídia, como um espaço disseminador de informações, também consegue propagar estereótipos e, assim, contribuir para o aumento do preconceito e desigualdades sociais (Bueno, 2020). Por isso, a importância de refletir situações que sirvam para a desarticulação de determinados estigmas sociais.

Quanto ao tipo de pesquisa e abordagem, optou-se por realizar uma pesquisa na qual adotou-se o método indutivo, por meio do qual “a aproximação dos fenômenos caminha geralmente para planos cada vez mais abrangentes, indo das constatações mais particulares às leis e teorias (conexão ascendente)” (Lakatos; Marconi, 2023, p. 103). Como categorias de análises, foram utilizados o conceito de imagem de controle (Collins, 2019), marcadores sociais (Duarte, 2023) e LGBTI+fobia (Reis, 2018).

A definição dessas três categorias de análise para tratamento do corpus ocorreu pela compreensão de que a situação em estudo decorre de um preconceito direcionado, sobretudo, à identidade de gênero adotada pela vítima, e tal preconceito resulta tanto dos efeitos sociais sobre o gênero, quanto do potencial que as imagens de controle têm de articularem estereótipos negativos para alimentar o ódio direcionado a comunidade LGBTI+.

Logo, entende-se que as imagens de controle, marcadores sociais e LGBTI+fobia estão entrelaçados, pois, enquanto as imagens de controle incidem sobre os marcadores sociais, alargando as diferenças entre os sujeitos, acabam projetando preconceitos sociais de diversas formas, como LGBTI+fobia, conforme demonstraremos na situação de agressão analisada e exposta no próximo tópico.

The image is a screenshot of a news article from G1. At the top, there is a red navigation bar with the G1 logo on the left and the word 'BAHIA' in the center. Below this bar, there is a horizontal menu with several items: 'fique por dentro', 'Lucro do FGTS', 'Canetas para obesidade', 'Ativação do 5G', 'The Town', and 'Mega-Sena'. The main headline of the article is 'Médico denuncia homofobia de paciente em hospital na Bahia: 'Disse que odiava ser atendida por homossexual''. Below the headline, there is a short summary: 'Caso aconteceu em Feira de Santana e foi confirmado pela direção do hospital, que manifestou apoio ao trabalhador. Em protesto, colega médico atendeu paciente usando peruca e maquiagem.' At the bottom left of the article preview, it says 'Por g1 BA' and '05/06/2023 06h31 · Atualizado há um mês'. On the right side, there are social media sharing icons for Facebook, Twitter, WhatsApp, Telegram, LinkedIn, and Print. The page number '121' is visible in the bottom right corner of the screenshot.

5. INTERFACE ENTRE IGNORÂNCIA E ÓDIO

No mês de maio de 2023, um médico denunciou sua paciente por ter sido vítima de homofobia. O termo utilizado pelo médico, segundo (Reis, 2018), consiste na fobia ou repulsa para com homossexuais, a ponto de os agressores não suportarem, até mesmo, o confinamento com homossexuais ou a presença deles. Na ocasião, a paciente se negou a ser atendida pelo médico, ao afirmar que “Odiava ser atendida por homossexual”, como podemos observar na notícia divulgada pelo G1 e que aparece na Figura 1.

Figura 1- A agressão contra o médico.

Fonte: G1 (2023)

Na fala da paciente está explícita uma aversão para com a presença e existência de médicos e pessoas não apenas homossexuais, como também de todos aqueles que apresentem uma identidade de gênero contrária a cis-heteronormatividade apreciada por ela, uma vez que o preconceito demonstrado na fala da paciente resulta de uma binariedade do gênero que instiga à aversão a sujeitos que adotem qualquer outra identidade de gênero que seja contrária à socialmente imposta ao sexo biológico. Percebe-se, assim, um discurso calcado na heterossexualidade compulsória, que torna dignos de determinados cargos somente aqueles que são “normais”, ou melhor, que organizam suas vidas a partir dos padrões da heterossexualidade (Reis, 2018).

A situação noticiada apresenta o comportamento de uma agressora LGBTI+fóbica que difere uma fala preconceituosa e incapacitista sobre as identidades de gênero que não sejam circundadas pela heterossexualidade. Por isso, segundo a agressora e a lógica dos padrões da cis-heteronormatividade, um médico, para ser de fato considerado como tal, deve ser dotado de atributos que incluem não apenas conhecimento, mas também uma identidade de gênero correspondente ao cargo, posto que, tanto a agressora quanto a cis-heteronormatividade adotam a premissa de que, se para ser médico é preciso ter tanto conhecimento quanto ser heterossexual, ser homossexual é sinônimo de incipiência.

Por conseguinte, capacitar heterossexuais para determinadas profissões e incapacitar todos que pertençam a comunidade LGBTI+ é, antes de tudo, pensar que a aceitação das identidades de gênero e sexuais impostas a partir do sexo biológico é um parâmetro para comprovar conhecimento e aptidão. Logo, como o marcador social de profissão “médico” categoriza uma das profissões mais prestigiadas socialmente (Vargas, 2010), imaginar um médico LGBTI+ seria a confirmação de incapacidade, sobretudo pelo prestígio e conhecimentos exigidos pelo primeiro marcador serem instantaneamente desfeitos pelos incontáveis sentidos socialmente erigidos sobre os sujeitos sexualmente identificados como dissidentes, aqueles cujas identidades seriam incoerentes e, principalmente, inaceitáveis.

E na busca de justificar situações incapacitistas sobre a comunidade LGBTI+ e banalizar a violência no cotidiano de tal comunidade, a mídia tem desempenhado um papel decisivo com a propagação de imagens de controle (Collins, 2019; Bueno, 2020) e estereótipos que vão

minando a assertividade desse grupo, ao mesmo tempo em que os coloca na condição de sujeitos caricatos e ininteligíveis. Por esta razão, sujeitos categorizados como LGBTI+ são consagrados como arruinadores de valores e vivenciam preconceitos, inclusive nos ambientes de trabalho, onde a heteronormatividade é imperante (Risk; Santos, 2019). Por isso, são “alvo de gracejos e chacotas, quando não abertamente insultados por meio de qualificativos depreciativos, como bicha louca, baitola, boiola e viado” (Risk; Santos, 2019, p. 7).

Por isso, quando a agressora expressa que não gosta de ser atendida por homossexuais, o preconceito e a suposição de incapacidade de pessoas LGBTI+ são perpassados por imagens de controle sobre a conduta exagerada, irresponsável e cômica de estereótipos já observados por ela em algum momento de sua vida, principalmente, porque pensar a sexualidade pelas lentes de alguns filmes e novelas, por exemplo, é considerar pessoas LGBTI+ como seres que não levam a sério suas próprias ações, nem muito menos quando se trata da adoção de uma postura que requer tanta seriedade e responsabilidade, como a função de um médico.

Lidar com algo tão importante quanto a vida, seria, conforme a cis-heteronormatividade, impossível para pessoas LGBTI+, em função das suas identidades de gênero e sexuais já comprovarem uma conduta desastrosa para com as decisões tomadas sobre as próprias vidas. Quando, na verdade, as identidades de gênero e sexuais delas jamais devem ser consideradas como um fator que desabone o profissionalismo e a capacidade para ocuparem determinadas posições e estarem em certos espaços.

No entanto, é notável que imagens de controle negativas sobre a comunidade LGBTI+ e situações como a vivenciada pelo médico são constantes e acirram cada vez mais as diferenças sobre corpos dissidentes, inviabilizando uma ressignificação social sobre a comunidade LGBTI+, como também favorecendo a LGBTI+fobia. Apesar disso, tais imagens de controle, ao mesmo tempo em que têm um potencial nocivo, também instiga à resistência.

Dessa maneira, os impactos da LGBTI+fobia é bidirecional, dado que, ao mesmo tempo em que se apresenta com um potencial devastador em relação à comunidade LGBTI+, configurando-os como sujeitos “destituídos de sua humanidade, transformando-se, ao olhar alheio, em pessoas sórdidas e ignóbeis, indignas de compaixão e merecedoras dos piores castigos, incluindo a morte por execução sumária” (Risk; Santos, 2019, p. 11), também aflora

na comunidade LGBTI+ e nos aliados³ à resistência às perversidades da cis-heteronormatividade.

À vista disso, enquanto há uma vítima da LGBTI+fobia que se sentiu constrangido e intimidado pela reação da agressora, temos um amigo da vítima, também médico, que como ato de resistência, caracterizou-se com uma peruca e batom e apresentou-se para a paciente agressora, afirmando ‘O outro veado chegou para atender’. Como podemos observar na Figura 2.

Figura 2 – A reação do segundo médico.

The image is a screenshot of a news article from G1 Bahia. The header is red with 'g1' on the left and 'BAHIA' in the center. Below the header, there are several navigation links: 'fique por dentro', 'Lucro do FGTS', 'Canetas para obesidade', 'Ativação do 5G', 'The Town', and 'Mega-Sena'. The main headline is in large, bold black text: "'Outro veado chegou para atender', disse médico em tom irônico a paciente que praticou homofobia contra profissional em hospital". Below the headline, there is a sub-headline in smaller text: "Após identificar paciente que teria dito que 'odiava ser atendida por homossexual', médico decidiu atendê-la de peruca e batom. Caso aconteceu em Feira de Santana, no último domingo (4)". At the bottom left of the article preview, it says "Por g1 BA" and "05/06/2023 15h45 · Atualizado há um mês". To the right of this text are several social media sharing icons: Facebook, Twitter, WhatsApp, Telegram, LinkedIn, and Print.

Fonte: G1 (2023)

Na fala do segundo médico, percebe-se que ele se utiliza de uma expressão comum no meio social e muito utilizada para nomear pejorativamente homens gays, isto é, o termo “veado”. Neste discurso, notamos que o médico, embora ainda tenham mantido o mesmo profissionalismo, inclusive não filmando a consulta, caracterizou-se conforme uma das diversas imagens de controle propagada sobre homens gays e travestis: aquele sujeito que se utiliza de objetos femininos para transforma-se em uma figura cômica e comumente presente no imaginário das pessoas; um homem afeminado, pintado e que tenta imitar traços femininos.

³ Termo utilizado por Reis (2018) para fazer referência a pessoas que, independente da orientação sexual ou identidade de gênero, também lutam pelos direitos LGBTI+.

A forma como o segundo médico estava vestido não se iguala ao primeiro médico, que mesmo sendo categorizado como LGBTI+, não usava peruca e batom, e sim, mantinha em seu ambiente de trabalho uma imagem formal, isto é, um estereótipo “visivelmente” heteronormativo, justamente por lidar com uma diversidade de pessoas e ter ciência de que, como uma pessoa LGBTI+, possivelmente, em algum momento, lidaria com situações explicitamente circundadas pela LGBTI+fobia. Por isso, talvez sua postura seja justificada pelo objetivo de mitigar os impactos de tais situações. Algo que explica o fato de pessoas dissidentes manterem “sua orientação sexual *in closeted*, ocultando sua própria identidade” (Siqueira *et al*, 2009, p. 450).

Percebe-se, então, que enquanto a vítima foi lida como um sujeito LGBTI+ apenas por apresentar características socialmente consideradas não masculinas, como, por exemplo, uma voz menos grave, o segundo médico utilizou-se de acessórios reconhecidos socialmente como femininos para expressar uma identidade de gênero que não impedia a existência de um profissional capacitado para, de fato, ser um médico.

O ato do segundo médico une uma imagem socialmente caricata à uma profissão séria, mostrando que, ao contrário da agressora, pensar o marcador “médico” associado ao LGBTI+ é possível, e que não é essa junção que define o conhecimento que se possui, posto que as identidades de gênero e sexuais dissidentes não estiguem o conhecimento. Na realidade, é o preconceito que incapacita pessoas de verem a humanidade e a normalidade de profissionais pertencentes a comunidade LGBTI+.

Observa-se, nesta ação, uma subversão irônica e resistente às representações pejorativas e imagem de controle negativas, que fazem com que um sujeito dissidente, que tenha ou não revelado sua identidade sexual, por exemplo, passe por “situações de constrangimento e de humilhação, como piadas homofóbicas, discriminação e desigualdade de tratamento em questões associadas à ascensão na carreira” (Siqueira *et al*, 2009, p. 450).

Portanto, o negativismo pensado pela paciente sobre a identidade de gênero do primeiro médico foi destituído por uma imagem de controle positiva e criada pelo segundo médico, que server para comprovar e refletir que as concepções formuladas sobre a binariedade do gênero são cruciais para alavancar o desrespeito e a LGBTI+fobia, em razão dessa não apenas está

associada ao ódio explícito, mas também a “pensamentos e estruturas hierarquizantes relativas a padrões relacionais e identitários de gênero, a um só tempo sexistas e heteronormativos” (Reis, 2018, p. 35).

Outro aspecto observado e também relevante, é o fato de que, apesar de ambos os médicos serem categorizados como pessoas LGBTI+, apresentaram reações opostas à situação de agressão, uma vez que, enquanto o primeiro médico demonstrou fragilidade sobre a agressão vivenciada, o segundo médico não se inibiu diante do discurso de ódio direcionado ao colega de trabalho. As reações distintas demonstradas pelos dois médicos são importantes para compreender como a LGBTI+fobia age e vai moldando identidades e percepções que naturalizam violências sobre identidades dissidentes.

Fazer com que a comunidade LGBTI+ tenha suas identidades fragilizadas é um propósito astuto da cis-heteronormatividade para contê-las, pois quando qualquer ato preconceituoso é naturalizado no dia a dia, a maioria das vítimas, de forma proporcional, vai perdendo o ânimo para lutar contra agressões semelhantes, partilhadas e incisivas, uma vez que a sociedade demonstra ser irrelevante ao preconceito, ao não quer usar seu poder questionador e transformador da realidade para desnaturalizar normas e valores tidos como irrevogável.

Como resultante disso, situações como a vivenciada pelo médico, ao serem noticiadas, são essenciais para que a comunidade LGBTI+ ganhe cada vez mais força para resistir ao controle corporal, sexual, mental e social que existe sobre tais corpos e que os pune com ações extremas de ódio, como no caso de agressões e homicídios. Por consequência, reunir forças e ir contra a normatização é uma necessidade e uma das primeiras formas de mostrar que há outras sexualidades e que elas são possíveis, já que partem do direito individual de viver, amar e construir suas próprias identidades.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As duas realidades apresentadas ao longo das análises, embora soem como banais, visto que são comuns no dia a dia de pessoas LGBTI+, são capazes de promover reflexões profundas sobre como a cis-heteronormatividade, por meio de discursos que desumanizam e incapacitam corpos dissidentes, vem ao longo da história da humanidade alargando diferenças e

inviabilizando que a comunidade LGBTI+ saia da condição de marginalização e alcance novos espaço, como o exercício de profissões elitizadas.

Por esta razão, quando se propõe pensar a agressão sofrida pelo médico como resultante da LGBTI+fobia, compreende-se que a escolha da identidade de gênero independe do sexo biológico é possível, contudo, os valores socialmente impostos insistem em impedir que as identidades sejam performadas de modo subjetivo, posto que há um incessante desejo da heteronormatividade em sobrepor os anseios pessoais em detrimento da manutenção da performatividade das identidades pela coletividade.

Portanto, ao passo que o primeiro médico, isto é, aquele que vivenciou a agressão, embora tenha denunciado a ação da paciente, inibiu-se diante de tal situação, o segundo médico demonstrou resistência à heteronormatividade, lutando não somente pelo direito do colega de trabalho de viver e escolher sua identidade de gênero, como também de ser respeitado por tal escolha. Uma luta não somente pelo direito alheio, mas também pelo próprio direito, visto que o segundo médico também faz parte da comunidade LGBTI+.

Ambas as ações, dessa forma, confirmam que resistir as imagens de controles e as conotações pejorativas e leigas sobre as identidades de gênero e sexuais é um ato que pode começar de forma tímida, a partir de situações como as analisadas neste estudo, mas que tomam dimensões mais amplas quando somadas e implementadas em outros espaços, posto que a LGBTI+fobia diariamente é demonstrada, seja no trabalho, na escola, na família ou em qualquer outro segmento no qual corpos dissidentes estejam presentes.

REFERÊNCIAS

BATISTA DELLAMAGNA, Maria. E. Vivências dissidentes no espaço público: quebras e (des)continuidades na cidade. **Revista Periódicus**, [S. l.], v. 1, n. 18, p. 64–73, 2023. DOI: 10.9771/peri.v1i18.49911. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/49911>. Acesso em: 28 set. 2024.

BEZERRA, Fábio. **Linguística aplicada transviada: Gênero e sexualidade nos estudos da linguagem em perspectiva descolonial, interseccional e transdisciplinar**. Campinas, SP. Pontes Editora, 2023.

BENEVIDES, Bruna. **O que fazer em caso de violência LGBTIfóbica: Cartilha de orientações à população LGBTI no combate à LGBTIfobia.** Rio de Janeiro, 2020. Disponível em <https://antrabrazil.org/cartilhas/>. Acesso em 21 set. 2024.

BONETTI, Alinne. Entre femininos e masculinos: negociando relações de gênero no campo político. **Cadernos Pagu**, n. 20, p. 177–203, 2003.

BUENO, Winne. **Imagens de controle: um conceito do pensamento de Patrícia Hill Collins.** Porto Alegre, RS: Zouk, 2020. v 1.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento.** Tradução por Jamille Pinheiro Dias. 1ª edição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

COLLING, Leandro. **Gênero e sexualidade na atualidade.** Salvador, UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 2018.

CHAVES, A. M.; SOUZA, E. M. Fazendo e desfazendo gênero na política: uma história de vida. **Psicologia & Sociedade**, v. 31, p. 181-899, 2019.

DUARTE, Fabíola. **Leitura e semiótica: uma análise acerca dos marcadores sociais da diferença e imagens de controle em livros didáticos de língua portuguesa.** 211 f. Dissertação (Mestrado em Linguística e Ensino). UFPB, MPE. João Pessoa. 2023.

128

FERREIRA, L, S. **Masculinidade, trabalho e modo de vida: a identidade do mecânico automotivo.** *Revista Periódicus*, 3(16), 133–155. <https://doi.org/10.9771/peri.v3i16.35972>, 2021.

G1-BA. Médico denuncia homofobia de paciente em hospital na Bahia: 'Disse que odiava ser atendida por homossexual'. **G1**, Feira de Santana - BH, 05 jun. 2023.

G1-BA. 'Outro veado chegou para atender', disse médico em tom irônico a paciente que praticou homofobia contra profissional em hospital. **G1**, Feira de Santana - BH, 05 jun. 2023.

HALL, Stuart. **Cultura e representação.** PUC - Rio de Janeiro: Apicuri, 2016.

HEIDARI, S. *et al.*. Equidade de sexo e gênero na pesquisa: fundamentação das diretrizes SAGER e uso recomendado*. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 26, n. 3, p. 665–676, jul. 2017.

HOOKS, bell. **Olhares negros: raça e representação.** Tradução por: Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2019.

LAKATOS, EVA. M.; MARCONI, Mariana. A. **Fundamentos de metodologia do trabalho científico**. 9.ed. São Paulo: Atlas, 2023.

LOURO, Guacira. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003, 6ª ed.

LOURENÇO, Lucas. **Crimes de ódio e a aplicabilidade de leis anti LGBTQI+fobia no Brasil**. Monografia. (Faculdade de Curso de direito) – Centro Universitário Doutor Leão Sampaio (UNILEÃO). Brasília, 2023. Disponível em: <https://sis.unileao.edu.br/biblioteca/tcc/filtrar-repositorio?texto=+LUCAS+BARBOSA+LOUREN%C3%87O+&curso=>. Acesso 18 set 2024.

MELO, Talita G. R.; SILVA, S. M. V. **Identidade de gênero e orientação sexual**: perspectivas literárias. Temas em Saúde. Volume 18, Número 3. João Pessoa, 2018 381. Disponível em: <https://temasensaude.com/wp-content/uploads/2018/09/18321.pdf>. Acesso em 10 set 2024.

OLIVEIRA, Luis. F., AZEVEDO, Israel. de J. LGBTQI+fobia: um estudo sobre a elaboração de normas antidiscriminatórias como forma de ação afirmativa no Brasil. **Revista De Ciências Sociais**, Ceará, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.36517/rcs.50.3.d04>. Acesso em 19 set. 2024.

PIRES, A. M., Mazza, S. R., & Pires, J. H. S. (2021). “É crime sim!?”: uma netnografia sobre a criminalização da LGBTQIA+fobia no Brasil. *Revista Brasileira De Estudos Da Homocultura*, 3(12), 108–131. <https://doi.org/10.31560/2595-3206.2020.12.10831>. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/article/view/10831>. Acesso em: 19 set 2024.

POMPEU, Samira; SOUZA, Eloísio. A discriminação homofóbica por meio do humor: naturalização e manutenção da heteronormatividade no contexto organizacional. **Organizações & Sociedade**, v. 26, n. 91, p. 645–664, out. 2019.

REIS, Toni (Org.). **Manual de Comunicação LGBTI+**. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI/Gaylatino, 2018.

RISK, Eduardo; SANTOS, Manoel Antônio. A construção de personagens homossexuais em telenovelas a partir do cômico. **Rev. Subjetividades**, Fortaleza, v. 19, n. 2, p. 1-14, 2019.

ROSSINI, Taiza. **Binarismo, historicidade e feminismo**. 2018, 23 f Trabalho de conclusão de curso (Graduação em psicologia) Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências humanas e sociais, Volta Redonda, 2018.

SARRIS, Andrey *et. al.* O papel do médico na visão da sociedade do século XXI: o que

Realmente importa ao paciente?. **Visão Acadêmica**, Curitiba, v.18 n.1, 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/317553094_O_PAPEL_DO_MEDICO_NA_VISA_O_DA_SOCIEDADE_DO_SECULO_XXI_O_QUE_REALMENTE_IMPORTA_AO_PACIENTE Acesso em: 30 out. 2023.

SÁ, Natália Nigro de; SZYLIT, Regina. Cisheteronormatividade e luto na experiência familiar da pessoa não-cisgênero. **Pathos: Revista Brasileira de Práticas Públicas e Psicopatologia**, v. 7, n. 1, p. 45-72, 2021. Disponível em: https://revistapathos.com.br/volumes/volume_07-n.01/cisheteronormatividade.pdf. Acesso em: 23 set. 2024.

SERDAHELY, W.; ZIEMBA, G. **Changing homophobic attitudes through college sexuality education. Journal of Homosexuality**, New York, v.10, n.1/2, p.109-116. 1984.

SIQUEIRA, Marcus *et al.* Homofobia e violência moral no trabalho no Distrito Federal. **O&S - Salvador**, v.16 - n.50, p. 447-461, 2009.

TEIXEIRA, Hélio.; DANTAS, Flávio. O bom médico. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 21, n. 1, p. 39-46, jan. 1997.

TONELI, Maria. J. F. Sexualidade, gênero e gerações: continuando o debate. In JACÓ-VILELA, AM; SATO, L. (Orgs). **Diálogos em psicologia social [online]**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2012. p. 147-167. ISBN: 978-85-7982-060-1

VARGAS, Hustana. Sem perder a majestade: “profissões imperiais” no Brasil. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v.15, n.28, p.107-124, 2010.

VIEIRA, Tereza Rodrigues. Direito à diversidade de gênero, redesignações identitárias e o Estatuto da Diversidade Sexual. In: PEREIRA, Rodrigo da Cunha (Org.). **Família: entre o público e o privado (coord.)**. Porto Alegre: Magister/IBDFAM, 2012.